

PDT *Coliga* *Presidência* acusa Collor

19 JUL 1989 CORREIO BRAZILIENSE

em amplo dossiê

O deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara, entregou ontem à chefia de gabinete do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, um amplo dossiê com várias denúncias de corrupção contra o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello. Numa delas, acusa o ex-governador de Alagoas de fazer acordos com usineiros do Estado. Segundo Vivaldo, Collor devolveu aos usineiros, mesmo com parecer contrário da Justiça, o ICM cobrado irregularmente na sua gestão.

"Quem paga o ICM ao Estado é o povo, o usineiro é mero intermediário. Devolver esse dinheiro a eles é um escândalo", garantiu o líder da bancada pedetista, depois de ressaltar que nos acordos feitos com os usineiros, com total equivalente a 186 milhões de dólares, o candidato recebeu 20 por cento para sua campanha à Presidência. Essas denúncias, de acordo com o dossiê, estão registradas na petição e no depoimento à CPI da Assembléia Legislativa de Alagoas, do promotor Luciano Chagas da Silva.

Para Vivaldo Barbosa, essas denúncias graves devem ser levadas em conta pelo procurador geral da República, Aristides Junqueira, com quem pretende se encontrar na próxima semana.

Enquanto isto, ele acredita que a Polícia Federal pode dar sequência às investigações feitas a pedido do ministro Oscar Corrêa. "Tudo está comprovado nas 228 páginas do dossiê e nos 12 documentos enviados em anexo. Cabe à Justiça fazer o verdadeiro trabalho de apuração", completou.

Elogiando a atitude do promotor alagoano por ter denunciado os abusos do ex-governador, Vivaldo lembra, ainda, que o ICM do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) também foi devolvido aos usineiros. Ele adianta que as explicações dadas por Collor, de que o Supremo Tribunal Federal apontou a lei que rege esse assunto como inconstitucional, não justificam.

DESVIO

As acusações do deputado ao candidato do PRN não param aí. Ele acusa — e mostra como provas as auditorias feitas pelo Ministério da Previdência Social — Collor de desviar verbas do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds). Foram comprados ilegalmente, sem concorrência pública, 97 veículos, e o mais grave: não existe registro de entrada desses carros em nenhuma repartição pública do Estado. Segundo Barbosa, os veículos podem ser encontrados nos comitês

de Collor espalhados por todo o País. "Se alguém procurar, vai achar".

Ele disse ainda que não se trata de uma questão meramente política. "É um problema regional que tomou proporções maiores porque denuncia uma pessoa que pretende chegar à Presidência". Adianta, porém, que se Collor não estivesse com tanta evidência nas pesquisas, talvez o assunto não ganhasse destaque.

Na opinião do pedetista, como a Constituição deu grande status ao Ministério Público, ele agora precisa mostrar seus méritos. "Ele tem que agir e apontar os verdadeiros culpados desses erros". Com o dossiê nas mãos, Vivaldo ressalta que além dos documentos da CPI da Assembléia, o processo da Justiça e a auditoria do Ministério da Previdência Social, a Polícia Federal precisa apurar outras irregularidades. "Este farto material é apenas o começo da investigação".

ASSESSOR

No caso dos acordos com os usineiros, Vivaldo Barbosa lembra que, os 20 por cento de recompensa pela negociação, teve como interlocutor o assessor financeiro da campanha de Collor, Paulo César Farias.